

O RURAL E O URBANO NO ESTADO DO PARANÁ

The rural and urban in Paraná State

Alberto Alves da Rocha*
Isabela Barchet**

***Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra / Paraná**
Geógrafo. Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - UNIOESTE / Campus Toledo
Rua Dr. Faivre, 1220 – Centro – Curitiba, Paraná, Brasil – CEP: 80060-140
albertodarocha@hotmail.com

****Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE**
Professora Colaboradora, Economista e doutoranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - UNIOESTE
/ Campus Toledo
Rua Guairá, nº 3004 – Apto 04 – JD. La Salle – Toledo, Paraná, Brasil – CEP: 85903-220
isabelabarchet@hotmail.com

RESUMO

Este artigo discute as lacunas concernentes à diferenciação e classificação de áreas urbanas e rurais no Estado do Paraná, procurando demonstrar que o grau de urbanização apresentado pelo IBGE (2013) descaracteriza o cenário econômico e geográfico dessa Unidade Federativa. Mais especificamente, pretende-se discutir os desdobramentos da definição normativa de áreas urbanas e rurais vigente no Brasil e classificar o espaço paranaense em urbano e rural por meio de um enfoque de abordagem territorial. Para tanto, adotar-se-á a proposta defendida por Veiga (2001; 2003) para caracterizar tais áreas. A proposta permite a categorização dos municípios paranaenses em três classes distintas: os municípios essencialmente rurais, os relativamente rurais e os essencialmente urbanos. Os resultados apontam que no Estado do Paraná as regiões rurais, as urbanas e as em transição estão aparentemente bem delimitadas. No entanto, apesar do avanço da urbanização em certas áreas, a maior parte dos espaços da Unidade Federativa é constituída por municípios rurais. Essa percepção contrapõe a afirmação de que 85,3% da população paranaense residem em áreas urbanas uma vez que, segundo a proposta metodológica adotada 89% dos municípios do Estado são essencialmente rurais.

Palavras-chave: Análise Regional. Urbano-Rural. Métodos de Delimitação. Paraná.

ABSTRACT

This paper discusses gaps concerning the differentiation and classification of urban and rural areas in Parana State, seeking to demonstrate that the degree of urbanization presented by IBGE (Brazilian Institute for Geography and Statistics) (2013) mischaracterizes the economic and geographic setting of this Federal Unit. More specifically, it is intended to discuss the ramifications of the current regulatory definition of urban and rural areas in Brazil and classify urban and rural space of Parana State through a territorial approach. To this end, the proposal assumed is defended by Veiga (2001, 2003) to characterize such areas. The proposal allows the categorization of municipal districts into three distinct classes: the essentially rural, relatively rural, and essentially urban. The results show that in Parana State rural, urban and transition areas are apparently well defined. However, despite the advancement of urbanization in certain areas, most of the spaces in the State consist of rural areas. This perception contrasts the claim that 85.3% of Parana population live in urban areas since, according to the methodological approach adopted, 89% of the municipalities of the state are essentially rural.

Key words: Regional development. Urban-Rural. Delimitation Methods. Paraná.

1 INTRODUÇÃO

A transição da sociedade rural para a urbana tem se estabelecido com um premente dinamismo, tornando o meio urbano o centro das decisões políticas, econômicas e sociais do século XXI. No passado, alguns autores chegaram a afirmar que, com o avanço da modernização, globalização e crescimento econômico, o rural passaria a ocupar uma posição cada vez mais secundária no processo de desenvolvimento, ao ponto de considerarem o seu possível desaparecimento ou, como sugerido por Lefebvre (1999), existiria uma completa urbanização. No entanto, essa visão tem sido claramente questionada por muitos autores que atentam para uma inversão dessa hipótese, representada pela revitalização e revalorização do meio rural (CARNEIRO, 1998; LEFEBVRE, 2001; VEIGA, 2004; BLUME, 2004).

Entretanto, as diretrizes adotadas na delimitação do espaço urbano e rural provocam dissensões entre os teóricos da temática, pois acabam por implicar na subestimação da existência do rural e vislumbram o seu possível desaparecimento (ABRAMOVAY, 2000). E este posicionamento reflete diretamente no cenário socioeconômico e no planejamento de políticas públicas.

De forma complementar, a análise da evolução do grau de urbanização, que é a razão percentual entre a população da área urbana e a população total, no período compreendido entre os anos de 1940 e 2009 aponta para uma crescente valorização do espaço urbano no Brasil. A região Sul encontra-se inserida neste contexto, e o Estado do Paraná não é exceção, tendo como principal característica, a formação de uma rede urbana bem distribuída em seu território, todavia, com nítidas áreas de concentração (MOURA; KLEINKE, 1999).

Esta intensificação da urbanização da Região Sul do Brasil inicia-se na década de 1970, tendo prosseguimento nos anos 1980 e início da década de 1990¹. Neste ínterim, designa-se pela forte perda de população rural em detrimento do avanço dos núcleos urbanos. Em contrapartida, intensifica-se a migração de retorno a partir da década de 1980, impactando na configuração da rede urbana de todos Estados da Região Sul.

No caso do Paraná, de acordo com Moura e Werneck (2001), a Região Metropolitana de Curitiba concentra vinte municípios paranaenses, direcionando 59,18% dos investimentos previstos, principalmente para o segmento de metalomecânico. Por outro lado, pesa neste Estado, regiões com fragilidades econômicas, baseado em atividades estritamente rurais, e outros, que estão passando pelo processo de fortalecimento de sua produção, tendendo a reter populações e diversificar as suas atividades.

Nesse ínterim, considerando as discordâncias e as prolongadas argumentações existentes entre os pesquisadores sobre a delimitação do rural e do urbano, o presente estudo visa expor e discutir as lacunas concernentes à diferenciação e classificação de áreas urbanas e rurais no Estado do Paraná. Em virtude disso, questiona-se se o grau de urbanização do Paraná, de 85,3% segundo IBGE (2013), contempla a realidade local e qual a sua implicação para a compreensão do espaço rural e urbano.

Em suma, a proposta geral é demonstrar que o grau de urbanização do Estado do Paraná descaracteriza o cenário econômico e geográfico desse espaço. Especificamente, pretende-se discutir os desdobramentos da definição normativa de espaço urbano e rural vigente no Brasil e classificar o espaço paranaense em urbano e rural por meio de um enfoque de abordagem territorial.

Para tanto, adotar-se-á a proposta defendida por Veiga (2001; 2003) para caracterizar áreas urbanas e áreas rurais. O artigo compreende, além desta introdução, mais quatro seções. Na seção seguinte serão discutidos de forma breve aspectos do rural e do urbano, bem como a dificuldade e as limitações dos usuais métodos para delinear esses espaços. A seção 3 esboça a proposta metodológica adotada por este artigo. As seções 4 e 5 trazem, respectivamente, a discussões dos resultados encontrados para o Estado do Paraná e algumas considerações finais.

2 SOBRE O RURAL E O URBANO

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apoia-se na norma legal instituída nos critérios políticos e administrativos que transcorrem da demarcação dos perímetros urbanos pelo poder público local (executivo e legislativo municipal) para caracterizar a localização de espaços urbanos e rurais. Contudo, conforme será exposto no decorrer deste artigo, após o início do século XXI, simultaneamente ao avanço da modernização e crescimento dos centros urbanos, tem se verificado um processo de valorização do meio rural, decorrente de uma transformação econômica e socioambiental, tornando controversa a simplificação excessiva que exclui importantes elementos que devem ser considerados ao se caracterizar o meio rural e urbano.

A distinção entre campo e cidade (rural e urbano) é emblemática, uma vez que no Paraná algumas áreas rurais ainda acolhem moradores cujas atividades estão ligadas especificamente ao trabalho no campo e sua renda é o resultado da produção rural, por outro lado, a cidade não é habitada somente por uma sociedade que executa trabalhos específicos para o comércio e a indústria.

Além disso, em áreas rurais há habitantes que desenvolvem atividades predominantemente urbanas e nas cidades também há moradores cujas atividades estão direcionadas para a produção agropecuária, e que ali residem por comodidade e pela infraestrutura oferecida. Assim sendo, o urbano e o rural não é só uma definição de uso, é também uma definição técnica e legal do Estado:

[...] não é a cidade que, por oposição, define o campo e seus habitantes, mas sim o Estado. Este dispõe de natureza jurídica e política que disciplinam [...] na obrigação de pagar impostos, na obediência a códigos escritos que impõem uma verdade legal à propriedade da terra [...] (MOURA, 1988, pp. 14-15).

Monte-Mór (2006) ressalta que o desenvolvimento da urbanização mudou o caráter da cidade, que passou a não mais controlar e comercializar a produção do campo, mas também a agregar valor aos produtos. E o campo, até então predominantemente isolado e autossuficiente, passou a depender da cidade.

Lefebvre (1999) associa a composição industrial à sociedade urbana, cuja organização resulta da dominação e absorção da produção agrícola. O autor aponta que a urbanização é um processo de transformação com bases econômicas, pois à medida que os meios de produção se concentram espacialmente e temporalmente, a população passa a se organizar em torno dos mesmos.

Desse modo, a cidade tende a representar o lócus no qual se concentra a comercialização e posteriormente, a transformação da produção originária do campo e, visando à maximização do excedente, organiza a força de trabalho e o capital de tal forma que garanta a regularidade dessa atividade (SINGER, 1973).

Resulta desse processo a projeção da cidade em detrimento do rural: “a produção do campo só se realizava na praça de mercado, modificando e ampliando a dominação da cidade sobre o campo” (MONTE-MÓR, 2006, p. 8).

Assim, percebe-se que a visão teórica que limita o espaço rural meramente ao que não é urbano deriva da construção econômica e política da organização social do homem em comunidades ou núcleos. Entretanto, mediante uma análise mais criteriosa, percebe-se que o rural assume importância cada vez mais crescente, pois o avanço da sociedade, a globalização e a urbanização têm provocado um fenômeno interessante, observado através da revalorização do rural. O meio rural passa a atrair população por oferecer tranquilidade, silêncio, ar puro, contato com a natureza, ou seja, passa a representar um refúgio à vida moderna (VEIGA, 2006).

Segundo Abramovay (2000), três aspectos básicos caracterizam o meio rural: a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema

urbano, pois o bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso depende da atividade econômica das cidades próximas e mesmo dos grandes centros urbanos mais afastados.

Para Abramovay (2003), as publicações censitárias apontam para o esvaziamento do meio rural, sem que haja quaisquer constatações. Considerando o evento como um avanço tecnológico e um progresso produtivo. No entanto o autor descreve uma fatia da população que está fazendo o caminho inverso do êxodo rural, ou seja, alguns dados apontam para a migração do homem da cidade para o campo em busca da qualidade de vida, onde alguns municípios com alto índice de desenvolvimento humano são eminentemente rurais.

Diante disso, Leeuven (2010) corrobora argumentando que três elementos devem ser analisados e considerados no momento de distinguir o rural do urbano. O elemento ecológico baseia-se na densidade populacional para delimitar áreas rurais e urbanas. O elemento econômico define o rural como a área na qual a maior parte das atividades desempenhadas é agrícola e, a área urbana corresponderia ao espaço em que a maior parte das atividades são consideradas não-agrícolas. O terceiro e último elemento é marcado por sua dificuldade em identificar o caráter social da área.

De modo geral, a procura por uma definição e delimitação do rural e do urbano segue diferentes critérios de acordo com cada país, em função das formas efetivas de ocupação territorial, da evolução histórica e das concepções predominantes em cada um deles. A questão central dessa problemática engendra-se na normativa que define o *perímetro urbano* do município, pois, o rural, é determinado mediante critério residual (BLUME, 2004).

Essa normativa, prevista legalmente no Brasil para se diferenciar o urbano e o rural é fonte de inúmeras críticas, uma vez que após 2006, registrou-se expressiva alteração da área urbana nos municípios brasileiros em comparação ao Censo de 2001. Entre as razões que justificam esse aumento, Umbelino e Barbieri (2008) citam a elevação da arrecadação municipal decorrente do uso do solo urbano, inclusão dentro do perímetro urbano dos condomínios fechados e bairros afastados, que até então eram localizados na área rural. Segundo os autores, essa delimitação representa uma forma legal de prever os limites de expansão da mancha urbana municipal.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A fim de caracterizar o espaço rural e o urbano no Paraná, o presente artigo adota a proposta metodológica de Veiga (2001; 2003). O autor sugere que a classificação das áreas rurais e urbanas seja realizada por meio de uma abordagem territorial alicerçada em critérios de densidade demográfica, mas combinada com determinado patamar populacional. Dessa forma, a proposta permite a caracterização das áreas pela sua rarefação populacional.

A metodologia sugerida por Veiga (2001; 2003) recorre ao nível escalar territorial local para realizar o recorte diferenciado entre o rural e o urbano, ou seja, neste nível, os municípios são as unidades locais para operacionalizar a metodologia. Ao utilizar o município como unidade analítica, o autor elimina o inconveniente de generalizações e homogeneizações indevidas, possibilitando uma análise mais criteriosa sobre as particularidades da estrutura produtiva regional.

Ao determinar que os municípios sejam unidades locais, e seguindo os critérios da abordagem territorial proposta, é possível considerá-los em três classes distintas: os municípios essencialmente rurais ou de pequeno porte, os relativamente rurais ou de médio porte, e os essencialmente urbanos ou centros urbanos, conforme pode ser averiguado na Figura 1.

Figura 1 – Critérios da abordagem territorial.

Essencialmente rurais	Relativamente rurais	Essencialmente urbano
Pop. < 50 mil hab. e densidade < 80 hab/km ²	Pop. 50 – 100 mil hab. ou densidade > 80 hab/km ²	Pop. > 100 mil hab. e densidade > 80 hab/km ²

Fonte: Elaborado pelos autores, conforme Veiga (2001; 2003).

Em suma, os municípios *Essencialmente Rurais* são definidos como os que simultaneamente apresentam menos de 50.000 habitantes e menos 80 hab/km² de densidade demográfica. Os municípios *Relativamente Rurais* correspondem aos que apresentam população total no intervalo de 50.000 a 100.000 habitantes ou onde a densidade demográfica supere 80 hab/km² mesmo que tenham menos de 50.000 habitantes. E por fim, os municípios *Essencialmente Urbanos* serão os que apresentarem população total superior a 100.000 habitantes e densidade demográfica maior que 80 hab/km². Esse último recorte tem aspectos delimitadores incorporados do estudo IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR (2001).

Acredita-se que o instrumental do autor seja o mais coerente com a dinâmica territorial do Sul, uma vez que as unidades federativas que compõe essa Região apresentam um número relativamente pequeno de municípios, dispersamente distribuídos no território. Alia-se a esse cenário, a estrutura socioeconômica e demográfica do Paraná, na qual centros urbanos complexos caracterizados pela forte concentração de população e renda como, por exemplo, a Região Metropolitana de Curitiba e a região de Londrina-Maringá, coexistem com extensas áreas rurais, em processo de esvaziamento.

4 RURAL E URBANO NO ESTADO DO PARANÁ

Para entender a relação rural-urbano no Estado do Paraná cabe inicialmente buscar em sua história de colonização e ocupação, as transformações que deram origem a essa realidade.

Conforme relata Balhana *et al.* (1969), a Grande Região Paraná Tradicional, ocupada desde o século XVI, serviu de espaço de passagem dos tropeiros do Sul para o Norte do país. Em tempo posterior, essa região participou da economia brasileira com a exportação da erva mate.

A ocupação da Grande Região Norte, concomitante com a ocupação da Grande Região Sudoeste do Paraná, representou a alavanca para uma formação territorial urbano-rural bem destacada.

Para Padis (2006), o sistema de colonização realizado pelas companhias colonizadoras, através da comercialização de pequenos lotes, juntamente com a criação de vilas e povoados, distanciados uns dos outros de forma bem distribuída, abriu o caminho para a construção atual do espaço urbano e rural paranaense, não sem antes passar por diversos ciclos econômicos e pela evolução tecnológica da produção agrícola e da expulsão da população rural.

De forma complementar, a dinâmica do crescimento populacional no Estado do Paraná aconteceu de forma diferenciada, no qual alguns municípios tiveram a sua população gradativamente reduzida, enquanto outros responderam às políticas econômicas de crescimento e de desenvolvimento, visualizadas no aumento populacional.

Conforme evidenciado pela tabela 1, no ano de 2010, o município de Curitiba apresentava mais de 1,7 milhão de habitantes; Londrina superava o patamar de meio milhão de habitantes, e outros 15 municípios paranaenses possuíam mais de 100 mil habitantes. No entanto a maior concentração de habitantes por km² está na Mesorregião Metropolitana de Curitiba.

Tabela 1 – Distribuição da população no Estado do Paraná.

Município	População	Hab/km ²
Curitiba	1.751.907	4022,79
Londrina	506.701	305,87
Maringá	357.077	734,07
Ponta Grossa	311.611	153,83
Cascavel	286.205	136,85
Foz do Iguaçu	256.088	419,67
Colombo	212.967	1076,65

Fonte: elaborado pelos autores com base no Censo Demográfico (2010).

Para Cigolini (2009), no final da década de 80 e início dos anos 90, a estruturação da rede urbana paranaense seguiu um novo conceito, mais populista e sob o contexto da Constituição Brasileira, em que a lógica da emancipação municipal toma rumos políticos, de forma que os municípios criados neste período não seriam uma necessidade. A tabela 2 apresenta a evolução da malha municipal do Estado do Paraná entre 1980 e 2010.

Entretanto esse evento não seria uma exclusividade do Estado paranaense, Théry (2008), explica que a malha municipal brasileira foi desenhada e formatada durante mais de quatro séculos de remanejamentos incessantes, de modo a acomodar uma população que foi multiplicada por dez só durante o último século. Isso, vez com o que Brasil possua municípios minúsculos e outros com grandes dimensões territoriais.

Tabela 2 – Evolução dos municípios paranaenses.

Habitantes	Número de municípios paranaenses			
	1980	1991	2000	2010
1.000 a 4.999	36	42	95	98
5.000 a 9.999	68	89	121	105
10.000 a 19.999	85	106	102	109
20.000 a 49.999	75	59	51	55
50.000 a 99.999	18	15	18	14
100.000 a 199.999	7	8	5	10
Acima de 200.000	1	5	7	8
Total	290	324	399	399

Fonte: elaborado pelos autores com base no Censo Demográfico (2010).

A crítica feita por Veiga (2001; 2003) em relação à metodologia utilizada pelo IBGE para caracterizar espaço rural de espaço urbano instaura-se a partir desse contexto. Uma vez que ao adotar a Lei do perímetro urbano e definir o espaço rural por critério residual, o Estado do Paraná é caracterizado por um alto grau de urbanização, induzindo à afirmação de que 85,3% da população paranaense vivem em áreas urbanas, enquanto que dados mais detalhados mostram que a maior parte reside em municípios com até 50 mil habitantes. Segundo o autor, [...] “infelizmente, o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra que é única no mundo. O país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais” [...] (VEIGA, p. 11, 2003).

Ao operacionalizar a abordagem territorial local por Veiga (2001; 2003) para o Estado do Paraná, pode-se averiguar pela Figura 2 que os municípios classificados como *essencialmente urbanos* caracterizam, em sua maioria, agrupamentos urbanos dispersos pelo Estado, abrigando em torno de 47,7% da população, porém localizados de forma recorrente no Leste e no Norte do mesmo, abrangendo a Região Metropolitana de Curitiba e o Norte Central, respectivamente.

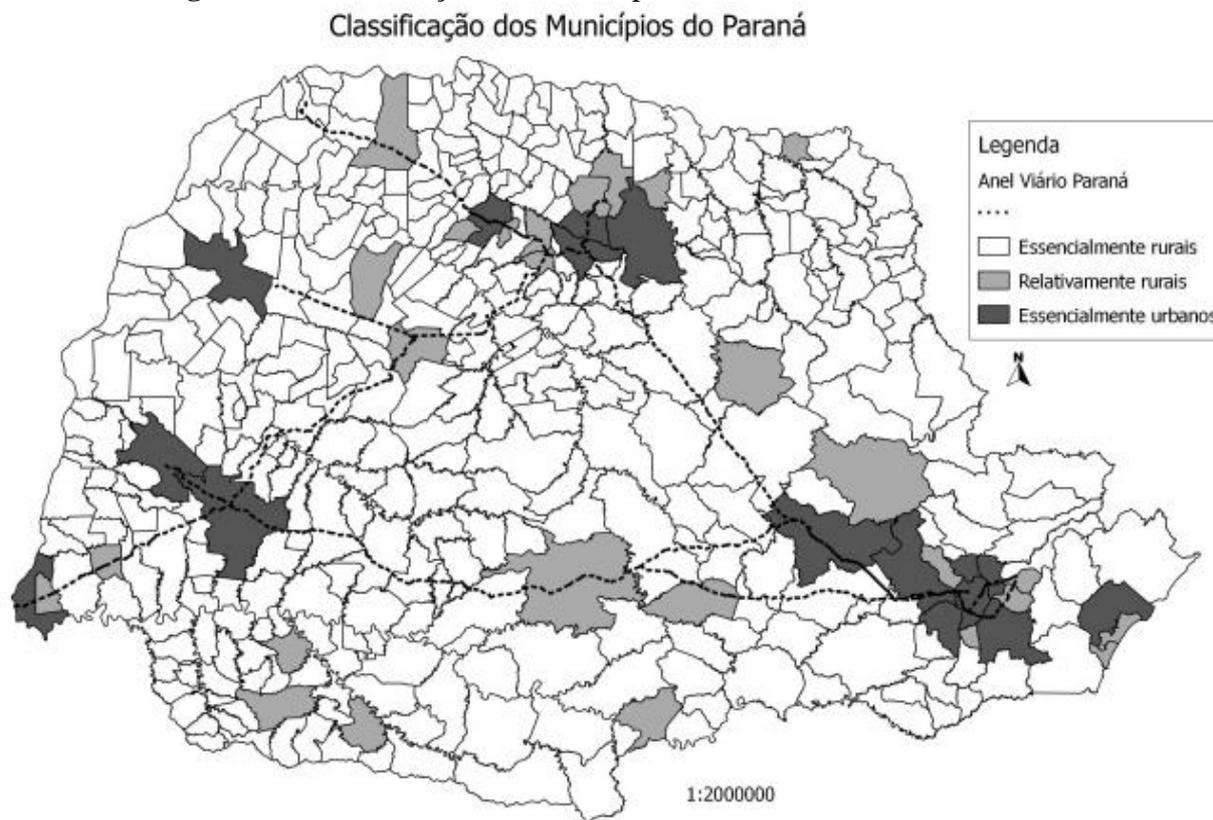
Estas localidades encontram-se no intitulado “anel de integração do Paraná”, que consiste em uma malha rodoviária que interligam os municípios polos (Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Paranavaí, Campo Mourão e Paranaguá). Em conjunto, esses municípios representam mais de 36% da população paranaense. A função desta infraestrutura é melhorar o tráfego de produtos, serviços e informações dentro do Paraná, tendo como destino final o porto de Paranaguá (RIPPEL; FERRERA DE LIMA, 2009).

Para Raiher e Ferrera de Lima (2010), a infraestrutura rodoviária, ferroviária e dos sistemas de comunicação são componentes essenciais para garantir a ocupação da terra, seja ela rural ou urbana, e tem o objetivo de garantir a interação entre atividades que estão separadas espacialmente.

Esta percepção demonstra que o urbano no Paraná está diretamente interligado com a dinâmica produtiva estadual, pois são áreas que conseguem reter e adensar populações devido a fatores econômicos. Porém, a concepção de Veiga (2001) detecta pontos *essencialmente urbanos*

que não pertencem ao trecho do “anel de integração do Paraná”, como é o caso dos municípios de Toledo (Oeste) e Umuarama (Noroeste). O primeiro insere-se no contexto produtivo através das agroindústrias e medicamentos. Em relação ao segundo, a sua base econômica está no processamento de alimentos, e fabricação de bebidas. Portanto, são duas localidades que aproveitam das atividades rurais, adensando e processando os produtos do campo.

Figura 2 – Classificação dos Municípios do Paraná em rural e urbano.



Fonte: elaborado pelos autores com base em IBGE (2013).

De forma complementar, há municípios situados no chamado “anel de integração” que se encontram em estágio de transição (*relativamente rural*). Um exemplo disso é a localidade de Guarapuava (Centro Sul), a mesma possui como característica uma grande dimensão geográfica (3116.3 km²) e uma produção agrícola de alta demanda tecnológica, fatores restritivos para o adensamento da população. Contudo, devido a sua localização frente ao *continuum* que a coloca no eixo viário e entre os espaços urbanos mais desenvolvidos, tem a tendência de mudar sua condição para “*essencialmente urbano*” nas próximas décadas.

Por outro lado, municípios que possuem as mesmas características, e não estão localizados neste anel, tendem a permanecer na condição de “*relativamente rural*”. Nota-se esta percepção nos municípios da Mesorregião do Sudoeste Paranaense (Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos), nos municípios da Mesorregião Sudeste (União da Vitória e Irati), e nos municípios de Campo Mourão e Paranavaí na Mesorregião Centro Ocidental e Noroeste paranaense, respectivamente.

Estes municípios deverão buscar alguma alternativa para reestruturar-se economicamente, gerando uma oportunidade de inserção na dinâmica produtiva regional, do mesmo modo como ocorreu com os municípios de Toledo e Umuarama, que tiveram participação, por exemplo, na implantação de infraestrutura viária para o escoamento da produção.

Complementando estas observações, em relação ao total de municípios paranaenses analisados, os municípios *essencialmente rurais* representam mais de 89% das unidades territoriais,

ficando próximo da média nacional de áreas essencialmente rurais, de acordo com a proposta de Veiga (2001; 2003).

Considerando que os municípios caracterizados como rurais (relativamente e essencialmente) e essencialmente urbanos representam, respectivamente, 95,7% e 4,3% das unidades territoriais do Estado do Paraná, pode-se averiguar a influência dos municípios rurais no Estado, haja vista que os mesmos expressam destacada parcela percentual. A tabela 3 demonstra essa representatividade, principalmente em termos de população e superfície.

Tabela 3 – Valores resultantes da proposta de Veiga (2001; 2003) para o Estado do Paraná.

Municípios	Quant.	População	%	Área (km ²)	%
MER*	355	3.893.366	37,28	167.433	84,00
MRR**	27	1.567.155	15,00	17.207,4	8,63
MEU***	17	4.984.005	47,72	14.676,2	7,36
Total	399	10.444.526	100	199.316	100

* Municípios Essencialmente Rurais; ** Municípios Relativamente Rurais; *** Municípios Essencialmente Urbanos

Fonte: dados da pesquisa.

A tabela acima demonstra que 37,28% da população do Paraná residem em municípios categorizados como *essencialmente rurais*, e estes equivalem a uma área relativa a 84% da superfície total do Estado. Por outro lado, destaca-se que os municípios *essencialmente urbanos* representam 7,36% da área do Estado, mas abrigam 47,7% da população.

Portanto, apesar da importância econômica dos municípios *essencialmente urbanos*, os *essencialmente rurais* possuem uma função complementar, abastecendo os polos paranaenses com gêneros provenientes do campo, ou até sendo um refúgio para aqueles que desejam evitar o modo de vida urbano. Sendo assim, há mais uma evidência de que o rural e o urbano convivem em uma relação simbiótica no mesmo território.

De forma complementar, realiza-se uma análise mais precisa sobre as áreas onde se notam agrupamentos de municípios *essencialmente urbanos*, e *relativamente rurais* no Estado do Paraná. Estas áreas tendem a possuir uma dinâmica própria, podendo ser regiões integralmente produtivas.

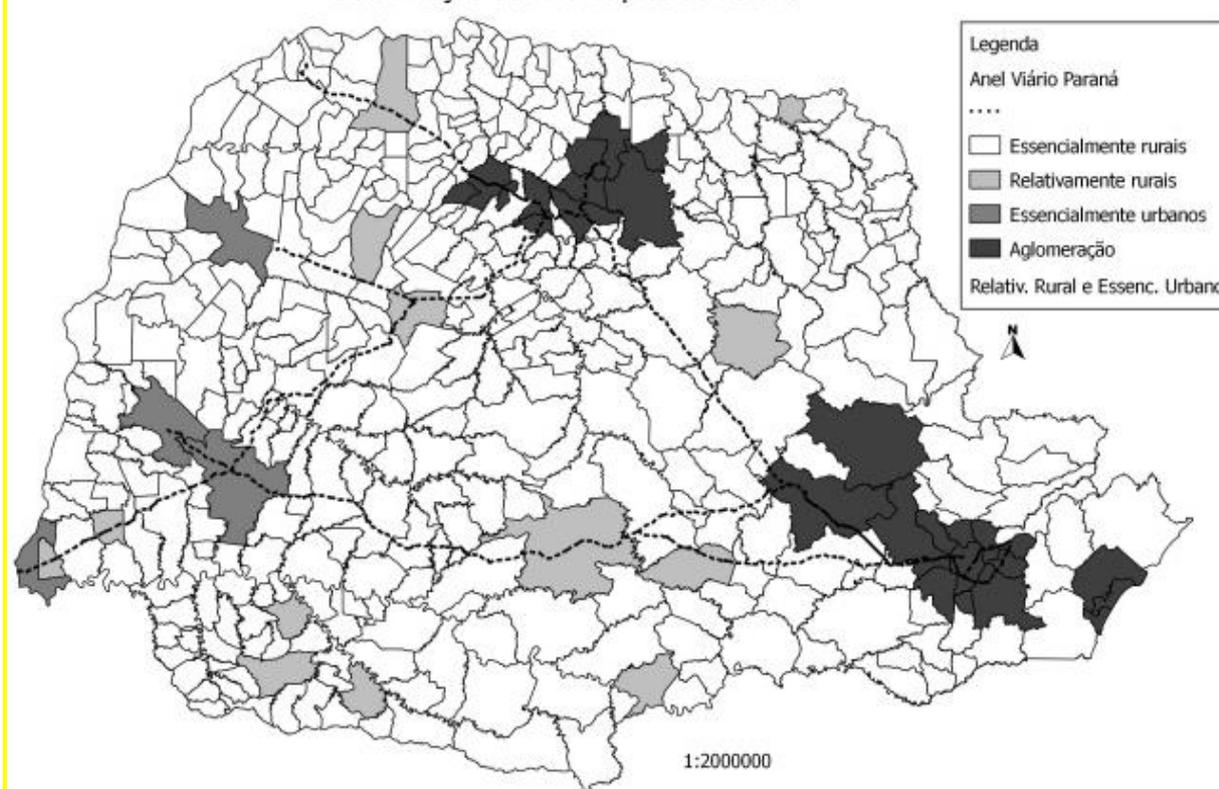
A figura 3 a seguir expõe os dois agrupamentos identificados. Os mesmos encontram-se na Região Norte e na Região Metropolitana de Curitiba.

O maior agrupamento é formado por dezesseis municípios, iniciando em Ponta Grossa, passando por alguns municípios da Região Metropolitana de Curitiba (inclusive a capital) e finalizando em Paranaguá. Esse agrupamento, de acordo com a tabela 4, possui o maior número de municípios *essencialmente urbanos*, além da maior população e densidade demográfica. Esta observação explica porque a maior parte dos investimentos públicos direciona para esta região.

O outro agrupamento detectado encontra-se no Norte Paranaense e engloba os municípios de Londrina e Maringá, além de outros nove municípios situados no entorno dessas duas maiores cidades, totalizando um agrupamento com onze municípios. Esse agrupamento surge como uma nova região urbana no Paraná, apesar da necessidade de absorver mais municípios vizinhos. No futuro, caso esse agrupamento consiga aumentar a sua força de atração e dinamizar outros municípios ao seu entorno, poderá talvez contrabalançar a polarização exercida pela capital paranaense, e sua área de influência.

Ressalta-se que no Oeste Paranaense, há a formação de um pequeno aglomerado, porém desconsiderado nesta análise em função das características estritamente rurais de sua vizinhança. Entretanto, ao redirecionar investimentos públicos para municípios *relativamente rurais*, pode-se impulsionar o surgimento de outros agrupamentos no Paraná, como ocorre recentemente no eixo Londrina-Maringá. Os municípios Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo no Oeste Paranaense possuem esta potencialidade.

Figura 3 – Agrupamentos essencialmente urbano/relativamente rural no Paraná - 2013.
Classificação dos Municípios do Paraná



Fonte: elaborado pelos autores com base em IBGE (2013).

Tabela 4 – Agrupamentos para o Estado do Paraná

Aglomeração	Ponta Grossa Curitiba Paranaguá	Londrina Maringá	Total
População (%)	33.22	13.19	46.41
Área total (%)	5.07	2.49	7.55
MEU*	8	4	12
MRR**	8	7	15

* Municípios Essencialmente Urbanos; ** Municípios Relativamente Rurais

Fonte: dados da pesquisa

Além disso, os municípios *essencialmente rurais* podem beneficiar-se desta “multipolarização”, ao abastecer com gêneros alimentícios estes novos mercados consumidores. Contudo, este avanço ameaça a principal característica destes municípios, que é o estilo de vida, diferente da correria observado nas grandes cidades.

Por fim, visto que o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses é, por vezes, desigual e contraditório em si, é necessário gestar o futuro das “regiões rurais” e executar [...] “articulações intermunicipais capazes de diagnosticar as aptidões dos territórios que compartilham formular um plano de desenvolvimento microrregional e viabilizar seu financiamento com apoio governamental” [...] (VEIGA, p. 128, 2003).

Assim, entende-se que é fundamental a criação de um programa federal cujo objetivo seja realizar o desenvolvimento sustentável do Brasil rural, com abrangência em todas as esferas de produção.

5 CONSIDERAÇÕES

Em geral, no Estado do Paraná nota-se que as regiões rurais, as urbanas e aquelas em transição, estão bem delimitadas em função de agrupamentos populacionais ou produtivos decorrentes de diversos fatores, mas principalmente em virtude do processo de colonização e ocupação dos espaços paranaenses, reforçado por políticas governamentais sejam elas de infraestrutura ou de ocupação de áreas.

No entanto, apesar do avanço da urbanização em certas áreas, tal como na Região Metropolitana de Curitiba e no eixo Londrina-Maringá, a maior parte da Unidade Federativa é constituída por municípios rurais, demonstrando que o rural continua presente e tende a permanecer no território paranaense.

A metodologia proposta por Veiga (2001; 2003) atende ao propósito deste artigo, detectando municípios *essencialmente urbanos* além dos eixos econômicos, no caso o “anel da integração econômico do Paraná”. Contudo, o procedimento metodológico detectou apenas dois municípios com esta característica, que se localizam fora deste trecho rodoviário: Toledo e Umuarama. Esta observação demonstra que a localização geográfica é um fator importante para que algumas localidades tornem-se centro de referência regional.

Os principais resultados obtidos por este artigo demonstram que em relação aos 399 municípios paranaenses, a maioria encontra-se no patamar *relativamente rural* ou *essencialmente rural*. Por outro lado, existe uma concentração da população paranaense que reside em poucos municípios, destacando dois agrupamentos: Ponta Grossa-Curitiba-Paranaguá e Londrina-Maringá.

Através destes resultados, nota-se que o urbano e o rural, tendem a conviver dentro do território paranaense, mesmo com o avanço das aglomerações populacionais, sendo assim, difícil de afirmar que o Estado do Paraná é particularmente formado por núcleos urbanos. Portanto, devem-se aprofundar os estudos sobre as relações socioeconômicas entre os municípios deste território.

Por último, sugere-se que as políticas de planejamento regional levem em consideração a estrutura do município, e a sua relação com os demais. A importância de adotar esta medida consiste em alavancar o surgimento de novos polos em outras regiões paranaenses, que podem realizar a função de reter e adensar a produção regional.

NOTAS

¹ O Paraná eleva seu grau de urbanização de 36,1%, em 1970, para mais de 80% em 1991, superando o patamar da urbanização brasileira. Em 2010 o Estado registra 85,3% da população vivendo em áreas urbanas, enquanto no Brasil são 84,4% (IBGE, 2013).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

_____, R. Do setor ao Território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: Inter-relações entre as transformações demográficas e a agenda social. São Paulo/Rio de Janeiro: IPEA (**Texto para discussão n. 702**), 2000.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BLUME, R. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. Porto Alegre, 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2004.

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura**, n. 11, 1998, p. 53-75.

CENSO DEMOGRÁFICO-IBGE. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>

CIGOLINI, A. A. **Território e criação de municípios no Brasil**: uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço. Florianópolis, 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina/ Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

IBGE. Banco de Dados Agregados. **Sistema IBGE de recuperação automática - SIDRA**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: jul. 2013.

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana. Brasília: IPEA, v.3, 2001.

LEEUVEN, E. V. **Urban-rural interactions**: towns as focus points in rural development. London: Springer Heidelberg, 2010.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MONTE-MÓR, R. L. M. O que é o urbano no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Cedeplar (**Texto para Discussão n. 281**), 2006.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, R.; KLEINKE, M. de L. U. Especialidades de concentração: na rede urbana: a região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 25, p. 3-25, 1999.

_____; WERNECK, D. Z. Rede, hierarquia, e região de influência das cidades: um foco sobre a região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 100, p. 25-55, 2001.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica**: o caso paranaense. Curitiba: IPARDES - Coleção clássicos da economia e sociedade paranaense, 2006.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. A dispersão espacial do desenvolvimento econômico: o caso dos municípios paranaenses. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, n. 21, p. 106-124, 2010.

RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J. Polos de crescimento econômico: notas sobre o caso do estado do Paraná. **Redes**, v.14, n.1, 2009.

SINGER, P. I. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

THÉRY, H. As malhas territoriais brasileiras: uma construção histórica e social. **Revista Vivência**, n. 33, p. 43-54, 2008.

UMBELINO, G. J. M.; BARBIERI, A. F. Metodologia para a compatibilização de setores censitários e perímetros urbanos entre os censos de 1991, 2000 e 2010. *In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Anais...* Caxambú: ENABER, 2008.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento territorial: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. *Bahia Análise & Dados*, v. 10. n. 4, p. 193-206, 2001.

_____. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. Destinos da ruralidade no processo de globalização. *In: VIII SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO*, Rio de Janeiro, 2004. *Anais...* Rio de Janeiro: RII, 2004.

_____. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. *In: LVIII Reunião da SBPC*, Florianópolis, 2006. *Anais...* Florianópolis: SBPC, 2006.

Data de submissão: 27.03.2014

Data de aceite: 04.02.2015

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.